



Direito Consuetudinário: relação entre cultura e regras de comunidades tradicionais

Alice Helena Paes Pereira, Tarcisio Vilton Meneghetti

Direito - Direito Público

O Direito Consuetudinário corresponde ao conjunto de práticas costumeiras e lícitas desenvolvidas e criadas por um determinado povo. O intuito de descrever conceitos, requisitos e exemplos do Direito Consuetudinário enfatiza a sua importância, pois é uma forma mais antiga de se criar normas jurídicas, originadas de comportamentos e tradições de uma sociedade, passadas adiante por meio da oralidade. Discutir a ideia de direito consuetudinário presentes nas Comunidades Tradicionais é estabelecer um contraponto com o direito positivo presente na sociedade, pois há a adaptabilidade às várias formas inovadoras de pensar em uma sociedade atual. O objetivo deste trabalho é compreender as características e requisitos do Direito Consuetudinário nas comunidades tradicionais. Justifica-se este estudo pela importância de compreensão da cultura, aspectos étnicos e religiosos, tradições e comportamentos de uma determinada sociedade. A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica, de método exploratório, de abordagem qualitativa, utilizando-se de artigos, obras e dissertações já publicadas como referência textual. Foram desenvolvidas atividades de pesquisa de referencial bibliográfico e fichamento das informações encontradas com o intuito de fornecer informações e orientações sobre a importância do Direito Consuetudinário relacionado a cultura e regras das comunidades tradicionais. Os resultados de pesquisa foram satisfatórios e os objetivos alcançados, uma vez que foram destacadas as definições do Direito Consuetudinário, a compreensão do surgimento do Direito Consuetudinário e suas particularidades, como o funcionamento de suas normas jurídicas internacionalmente, seus elementos primordiais e sua prática jurídica no Brasil, principalmente contextualizando-o como parte essencial do sistema econômico e social como modo de vida existente, na qual transmite costumes e valores para as gerações futuras e suas diferenças praticadas internacionalmente. A construção deste artigo trouxe a formação do conhecimento prático científico sobre as normas para evidências de pesquisa e desenvolvimento metodológico, sendo de extrema importância para a carreira profissional evidenciada. Evidenciar a promoção da compreensão do que realmente cabe ao Direito Consuetudinário é traçar novos paradigmas para o entendimento dos Direitos estabelecidos para um determinado povo, sendo ainda necessário evidenciar que, o direito consuetudinário possui a mesma importância do direito previsto em lei, e pode ser um sistema jurídico dominado pelo status quo, quando ocorre a dominação pelo Estado e suas instituições oficiais.

Palavras-chave: Direito Consuetudinário; Cultura; Comunidades Tradicionais

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI